



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro
 CEP: 13560-140 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3374-1255 - E-mail: saocarlos2cr@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0000239-67.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **DANILO ANTONIO RODRIGO BERTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Aos 30/06/2014 11:40:00 faço estes autos conclusos ao
 MM. 1º Juiz Auxiliar. Eu, (a) esc., subscrevi.

RELATÓRIO

DANILO ANTONIO RODRIGO BERTO foi denunciado como incurso no art. 155, § 4º, I e IV porque, segundo a denúncia, em concurso com terceiro não-identificado, nas circunstâncias indicadas na denúncia, teria subtraído os bens nela descritos, após arrombarem a porta do *container* em que se encontravam.

A denúncia foi recebida em 23/01/14 (fls. 44), o acusado foi citado (fls. 51) e apresentou resposta (fls. 53/55), não sendo absolvido sumariamente e inaugurando-se a instrução criminal, ao longo da qual ouviram-se vítima e quatro testemunhas e foi interrogado o acusado (fls. CD, fls. 85).

As partes apresentaram memoriais, pugnando o Ministério Público (fls. 122/130) pela condenação, e a(s) Defesa(s) (fls. 132/136) pela absolvição por insuficiência de provas ou, subsidiariamente, pela fixação do regime aberto para o cumprimento da pena e quantidade da pena no mínimo.

FUNDAMENTAÇÃO

A **materialidade delitiva** está comprovada pelos autos de exibição e apreensão (fls. 21), entrega (fls. 22) e avaliação (fls. 40) da *res furtiva*, pelo laudo pericial do arrombamento (fls. 102/109), e pela prova oral colhida, não havendo dúvidas da ocorrência do furto descrito na inicial.

A **autoria** também está comprovada, como observamos pela prova oral, gravada em CD (fls. 85), à qual me reporto.

A despeito da negativa do acusado, dizendo que estava carregando as sacolas a pedido do indivíduo não identificado, desconhecendo a origem ilícita, a sua versão foi infirmada pelo restante da prova.

A um, porque o guarda municipal Márcio Rogério Custódio declarou que a denúncia encaminhada já de início referia serem dois os autores do fato. Tal circunstância, aliada ao fato de que o acusado e o terceiro foram visualizados pelos guardas municipais, em poder da *res furtiva*, pouco tempo depois do delito, já não deixa dúvidas de que o acusado era um dos autores, pois não se mencionou nem se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro
 CEP: 13560-140 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3374-1255 - E-mail: saocarlos2cr@tjsp.jus.br

cogita da existência de um terceiro indivíduo que tenha desaparecido após o cometimento do delito, sem os bens, apesar de ter participado da execução do crime.

A dois, porque o acusado, ao visualizar os policiais, empreendeu fuga, comportamento incompatível com o de quem desconhece a origem ilícita dos bens.

Tendo em vista tais fatores, considerando que o acusado foi abordado em poder da res furtiva pouco tempo após o crime, firma-se convicção de certeza, quanto à autoria.

Saliente-se que os depoimentos dos guardas municipais Márcio Rogério Custódio e Rogério Francisco da Silva são em tudo coincidentes e harmônicos, sem indícios de falsidade.

A vítima, ademais, confirmou o furto e o reconhecimento dos bens apreendidos em poder do acusado.

As **qualificadoras** estão comprovadas.

O arrombamento, pelo depoimento da vítima e laudo pericial (fls. 102/109).

O concurso de agentes, pelo depoimento dos guardas no sentido de que o acusado estava em companhia de terceiro quando foram visualizados, tendo o terceiro, co-autor, fugido. E também porque a denúncia já mencionava serem dois os autores da infração penal.

Passo à dosimetria da pena (sistema trifásico: art. 68, caput CP).

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): o acusado possui antecedentes criminais (fls. 22, 23, 26, 28, apenso próprio) que, por serem muitos, exigem e impõem, para fins de prevenção especial, a majoração da pena em 1/4; uma das qualificadoras, qual seja, o concurso de agentes, considerado como circunstância do crime, implica aumento, todavia é compensada com o pequeno valor da *res furtiva* e o fato de que foi recuperada (consequências do crime).

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): o acusado é reincidente específico (art. 61, I, CP), veja-se fls. 18/19 do apenso próprio, razão pela qual aumento a pena em 1/6, alcançando 2 anos e 11 meses.

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): não há.

Pena definitiva: 02 anos e 11 meses de reclusão.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP): o regime inicial, em razão dos maus antecedentes e da reincidência específica, deverá ser o fechado. Incabível a aplicação do art. 387, § 2º do CPP pois, segundo nossos cálculos, até a presente data o acusado não completou 1/6 da pena, embora esteja perto disso.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): incabível em razão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro
 CEP: 13560-140 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3374-1255 - E-mail: saocarlos2cr@tjsp.jus.br

da reincidência específica.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): considera-se, preponderantemente, independentemente das circunstâncias negativas e reincidência, a condição econômica do acusado, fixando-se a multa no mínimo.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **julgo procedente** a ação penal e **CONDENO** o acusado **DANILO ANTONIO RODRIGO BERTO** como incurso no art. 155, § 4º, I e IV do Código Penal, aplicando-lhe, em consequência, as penas de (1) reclusão de 02 anos e 11 meses em regime inicial fechado (2) multa de 10 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo.

Tendo respondido ao processo em prisão cautelar, e como não houve alteração no panorama probatório que ensejou tal fato – aliás, a sentença reconheceu a responsabilidade criminal -, denega-se o direito de recorrer em liberdade, subsistentes os pressupostos e os requisitos da prisão preventiva (art. 312 c/c art. 313, CPP) nos termos do que foi decidido anteriormente neste processo.

Sem condenação do acusado em custas, uma vez que faz jus à AJG.

P.R.I.

São Carlos, 30 de junho de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Aos 30/06/2014 recebi os presentes autos em cartório. Eu,
 (a) esc., subscrevi.